TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Gabinete do Conselheiro Cláudio Couto Terrão



Processo nº: 1.084.237 Natureza: Denúncia

Denunciante: Sindplus Administradora de Cartões, Serviços de Cadastro e Cobrança

- Eireli

Jurisdicionado: Município de Paraisópolis

Trata-se de denúncia, com pedido de medida cautelar, formulada pela empresa Sindplus Administradora de Cartões, Serviços de Cadastro e Cobrança – Eireli (fls. 01/10), em face do Processo Licitatório nº 343/2019 – Pregão Presencial nº 075/2019, deflagrado pelo Município de Paraisópolis para a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de administração de créditos de vale-alimentação, disponibilizados em cartão eletrônico/magnético com chip, destinados aos servidores públicos municipais, em quantidade e frequência variáveis de acordo com a conveniência da Prefeitura Municipal de Paraisópolis.

Sustenta a denunciante, em síntese, que é excessiva e desarrazoada a exigência de apresentação da listagem da rede credenciada mínima em 5 (cinco) dias úteis, conforme previsto no item 7.1.6.1, a, do instrumento convocatório, restringindo o caráter competitivo do certame. Sob tal argumento, solicita a concessão de medida cautelar para a suspensão do certame até a decisão de mérito ou, alternativamente, a alteração da cláusula editalícia, para se abster de exigir uma rede extensa de estabelecimentos ou para conceder prazo de pelo menos 60 (sessenta) dias para credenciá-la.

A denúncia foi instruída com os documentos de fls. 11/55, tendo sido recebida por despacho do conselheiro-presidente em 09/12/19 (fl. 58).

Em 11/12/19, determinei a intimação dos Senhores Sérgio Wagner Bizarria, prefeito municipal de Paraisópolis, e Leandro Endrigo Alves Carvalho, pregoeiro, para que esclarecessem os fatos apontados na denúncia,

TCEMG

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Gabinete do Conselheiro Cláudio Couto Terrão

apresentando justificativas para o número de estabelecimentos credenciados, para o prazo concedido para apresentação da rede credenciada e para a exigência de credenciamento de estabelecimentos no Estado de São Paulo, bem como que encaminhassem a este Tribunal a documentação relativa à fase interna do certame (fls. 60/60v).

Em cumprimento à determinação, os intimados postaram o Of.Gab. nº 670/2019 em 13/12/19, que deu entrada nesta Corte em 17/12/19 e por meio do qual informaram a alteração da cláusula impugnada na denúncia, justificaram os requisitos estabelecidos para a rede credenciada e remeteram cópia de todo o procedimento licitatório (fls. 65/139v).

Os autos foram, então, recebidos em meu gabinete às 16h20min do dia 19/12/19, não tendo restado tempo hábil para a sua apreciação antes da suspensão do expediente do Tribunal de Contas, conforme definido pela Portaria nº 05/PRES./2019, o que faço nesta oportunidade.

Compulsando a documentação e os esclarecimentos apresentados às fls. 65/139v, verifica-se que, após provocação da empresa ora denunciante em sede administrativa, o edital do Processo Licitatório nº 343/2019 — Pregão Presencial nº 075/2019 foi alterado, para prever, entre outras modificações, o prazo de 20 (vinte) dias corridos para a apresentação da listagem de rede credenciada mínima pelo licitante vencedor, ao invés dos 5 (cinco) dias úteis fixados na versão inicial. Restou alterada também a data de abertura das propostas, de 13/12/19 para 27/12/19.

À vista de tais modificações, notadamente do item 7.1.6.1, *a*, com o alargamento do prazo para apresentação da lista de estabelecimentos credenciados – o que constitui o ponto impugnado nos presentes autos – e considerando, ainda, o transcurso da data prevista para a abertura das propostas, antes de examinar o pedido de suspensão liminar do Processo

TCEMG

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Gabinete do Conselheiro Cláudio Couto Terrão

Licitatório nº 343/2019 — Pregão Presencial nº 075/2019, encaminho os autos à Coordenadoria de Fiscalização de Editais de Licitação — CFEL para apreciação preliminar do certame quanto aos tópicos aventados na denúncia e a outros que, a juízo desta Unidade, possam implicar a sua irregularidade, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade.

Em seguida, retornem os autos conclusos.

Belo Horizonte, 07 de janeiro de 2020.

Cláudio Couto Terrão Conselheiro Relator

CT 04